

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

**Grupo de Pesquisa: CALLIPOLIS - GRUPO DE PESQUISA DE POLÍTICA PÚBLICA E
DESENVOLVIMENTO**

**GOVERNANÇA PRISIONAL E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA
EFICIÊNCIA ECONÔMICA E DA SEGURANÇA NA POLÍTICA DE TRABALHO E
FUNDOS ROTATIVOS EM SANTA CATARINA**

034.862.373-90

Florianópolis

2026

PROPOSTA DE PESQUISA: GOVERNANÇA PRISIONAL E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA E DA SEGURANÇA NA POLÍTICA DE TRABALHO E FUNDOS ROTATIVOS EM SANTA CATARINA

1- INTRODUÇÃO

a. Contextualização do tema

A gestão do sistema penitenciário representa um dos desafios mais complexos para a administração pública contemporânea, tensionada entre a escassez de recursos fiscais e a necessidade de garantir segurança e ressocialização. Nesse cenário, o Estado de Santa Catarina destaca-se nacionalmente pela implementação de uma política pública de trabalho prisional robusta, alicerçada na premissa legal da obrigatoriedade do labor para o condenado e na busca por autossustentabilidade.

Esta política operacionaliza-se através de dois mecanismos de gestão centrais: (1) os **Fundos Rotativos**, regulamentados pela legislação estadual, que permitem a retenção de parte da remuneração do trabalho interno para reinvestimento ágil na manutenção das próprias unidades prisionais; e (2) os **Convênios com Prefeituras Municipais**, que utilizam a mão de obra de internos para obras de infraestrutura urbana (pavimentação, limpeza, fábricas de artefatos de cimento) com custos reduzidos para o erário. O contexto do estudo situa-se, portanto, na análise de como esses instrumentos de intervenção governamental promovem, simultaneamente, eficiência alocativa, disciplina interna e desenvolvimento social.

b. Delimitação do problema

Apesar da visibilidade do "Modelo Santa Catarina", carecem estudos que mensurem a efetividade dessa política sob uma ótica multidimensional. A literatura existente tende a isolar as variáveis, não integrando a economia gerada (redução de custos operacionais e de obras) com os impactos na segurança (redução de motins/indisciplina) e na subjetividade do apenado.

Diante da necessidade de avaliar essa política de gestão pública, define-se o seguinte problema de pesquisa: **De que maneira a articulação entre a gestão dos Fundos Rotativos e os convênios para obras públicas municipais influencia a eficiência do gasto público, a manutenção da disciplina e a percepção de ressocialização no sistema prisional de Santa Catarina?**

c. Objetivos da pesquisa

- **Objetivo Geral:** Analisar a efetividade da política de trabalho prisional em Santa Catarina, avaliando seus impactos na eficiência econômica (obras e manutenção), na segurança dinâmica das unidades e na reintegração social dos apenados.
- **Objetivos Específicos:**
 - Comparar os custos de obras públicas municipais executadas por apenados *versus* iniciativa privada, e a economia gerada na manutenção predial das unidades via Fundos Rotativos;
 - Investigar a correlação entre a ocupação laboral e a redução de custos com segurança (intervenções táticas) e incidentes disciplinares (motins e faltas graves);
 - Analisar a governança dos Fundos Rotativos como instrumento de desburocratização e melhoria da infraestrutura carcerária;
 - Compreender a percepção dos apenados quanto ao "sentimento de utilidade" e dignidade proporcionados pelo trabalho interno e externo.

d. Justificativa/Contribuição da pesquisa

- **Relevância teórica e empírica:** Teoricamente, o estudo preenche uma lacuna ao conectar a *New Public Management* (eficiência/economicidade) com a Criminologia (segurança dinâmica), propondo que o trabalho não é apenas ferramenta de reabilitação, mas um dispositivo de governança e ordem. Empiricamente, a pesquisa contribui para o Estado e Municípios ao fornecer evidências quantitativas e qualitativas sobre o retorno do investimento em trabalho prisional, validando um modelo de gestão que reduz o custo do apenado e melhora a infraestrutura urbana.
- **Vinculação com a Linha de Pesquisa:** A proposta adere integralmente à Linha de Pesquisa **"Políticas Públicas e Desenvolvimento"** do Mestrado em Administração da UDESC. O

projeto investiga uma **política de gestão pública** na área de **segurança** (intervenção governamental citada na descrição da linha), analisando mecanismos de **governança** (Fundos Rotativos) e **reformas administrativas** na execução penal. Além disso, aborda diretamente a relação entre a política pública e o **desenvolvimento econômico** (economia de recursos públicos) e **social** (ressocialização e segurança da comunidade).

- **Justificativa pessoal:** O interesse pela temática decorre da minha trajetória profissional, onde observei o potencial transformador do trabalho na rotina prisional. A busca pelo mestrado acadêmico visa qualificar essa percepção empírica com rigor metodológico, capacitando-me para atuar na avaliação e formulação de políticas públicas que conciliem a responsabilidade fiscal com a humanização da pena.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

A pesquisa fundamentar-se-á em três eixos que dialogam com a administração pública e o desenvolvimento.

Primeiramente, abordaremos a **Análise de Políticas Públicas e Eficiência Estatal**. Utilizar-se-ão autores da Nova Gestão Pública (como Osborne & Gaebler) para discutir a reinvenção do governo através de mecanismos de mercado e parcerias, enquadrando os convênios municipais e os Fundos Rotativos como ferramentas de *accountability* e otimização de recursos. A legislação estadual (Lei nº 17.637/2018) será analisada como o marco regulatório dessa governança.

No eixo da **Segurança e Disciplina**, dialogaremos com Michel Foucault (*Vigiar e Punir*) e Gresham Sykes, contrastando a "segurança estática" (muros) com a "segurança dinâmica" (relações e atividades). A hipótese teórica é que o trabalho atua como um mecanismo de "ordem negociada", onde a disciplina é mantida em troca do benefício laboral e da remição, reduzindo os custos de vigilância coercitiva.

Por fim, no eixo da **Ressocialização e Desenvolvimento Social**, utilizaremos a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth e a Sociologia do Trabalho. Discutiremos como o trabalho em obras públicas externas permite ao apenado transitar da condição de "risco" para a de "ativo social", sentindo-se útil ao ver o fruto do seu trabalho na melhoria da cidade, o que é fundamental

para o desenvolvimento social e prevenção da reincidência.

3- METODOLOGIA

a. Método de pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como **mista (quali-quantitativa)**, permitindo mensurar indicadores de eficiência e compreender fenômenos sociais complexos.

b. Estratégia de pesquisa

Será adotado o **Estudo de Caso Comparativo**, focando em duas unidades prisionais de Santa Catarina que possuam perfis distintos de gestão laboral (ex: uma unidade com gestão plena de Fundo Rotativo e convênios municipais ativos *versus* uma unidade com menor incidência dessas práticas), permitindo análise de contraste.

c. Hipóteses

- *H1*: O uso de mão de obra prisional em convênios municipais gera economia superior a 40% em obras de zeladoria urbana se comparado aos preços de mercado.
- *H2*: Unidades com gestão eficiente do Fundo Rotativo apresentam infraestrutura superior e redução de 50% em ocorrências de situações de indisciplina individual e coletiva (motins).

d. Definição das variáveis e categorias de análise

1. **Variáveis Quantitativas:** Custo por m² de obra; Valor arrecadado/investido no Fundo Rotativo; Número de Processos Administrativos Disciplinares (PAD); Custos de manutenção corretiva.
2. **Categorias Qualitativas:** Governança do Fundo (agilidade/transparência); Percepção de Utilidade (relatos dos presos); Impacto na Rotina (visão dos agentes de segurança).

e. Contexto da pesquisa

O estudo será realizado junto à Secretaria de Justiça e Reintegração Social (SEJURI/SC) e em prefeituras parceiras da região da Grande Florianópolis. A população abrange gestores públicos,

diretores de unidades e apenados trabalhadores.

f. Procedimentos de coleta de evidências

- **Documental:** Análise de relatórios financeiros dos Fundos Rotativos, termos de convênio com prefeituras e planilhas de custos de obras.
- **Entrevistas Semiestruturadas:** Com gestores da SEJURI e Secretários de Obras municipais.
- **Grupos Focais:** Com apenados das frentes de trabalho (manutenção interna e obras externas).

g. Análise e interpretação dos dados

Os dados quantitativos passarão por análise estatística descritiva e comparativa de custos. Os dados qualitativos serão submetidos à Análise de Conteúdo, buscando identificar padrões que expliquem a relação entre trabalho, disciplina e ressocialização.

h. Possibilidades e limitações previstas

- *Possibilidades:* Acesso a dados transparentes de um estado referência (SC) e relevância do tema para a gestão pública local.
- *Limitações:* Dificuldades logísticas de acesso ao ambiente prisional (segurança) e complexidade em isolar o custo variável exato de cada obra pública.

4- CRONOGRAMA

Etapas / Trimestre	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	5º Trim	6º Trim	7º Trim	8º Trim
Créditos e	X	X	X					

Revisã o Teóric a								
Valida ção dos Instru mento s			X					
Coleta de Dados (SEJU RI/Mu nicípio s)				X	X			
Anális e de Dados					X	X		
Qualif icação				X				
Redaç ão						X	X	

Final								
Defesa da Dissertação								X

5- REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo:** como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1994.

SANTA CATARINA. **Lei nº 17.637, de 27 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre os Fundos Rotativos do Sistema Penal de Santa Catarina.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudo dos fatores condicionantes do custo de manutenção dos presidiários no estado de Santa Catarina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Observações Finais de Formação (Checklist):

- **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.
- **Espaçamento:** 1,5 entre linhas.
- **Margens:** 3 cm (superior/esquerda), 2 cm (inferior/direita).
- **Tamanho:** O texto acima, quando formatado, deve ocupar entre 6 a 8 páginas, o que está

perfeito para o limite de 10 páginas (deixando espaço para você adicionar mais referências ou detalhes específicos da sua região se desejar).

Próximo passo sugerido: Você gostaria que eu elaborasse um roteiro básico de perguntas para as entrevistas com os gestores (Diretores de Presídio e Secretários de Obras) para você já ter isso em mente caso a banca pergunte na entrevista?